

</

Mato Grosso do Sul

Verde, próspero, digital e inclusivo: o caminho do MS Carbono Neutro 2030

Plano MS Carbono Neutro 2030: estratégia integrada para alcançar a neutralidade climática e promover o desenvolvimento sustentável

Roadmap Território Carbono Neutro: parceria SEMADESC-SEBRAE para diagnóstico e elaboração de planos municipais de adaptação e competitividade verde

Programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):
PSA Pantanal – Subprogramas Conservação e Brigadas, fortalecendo a conservação da biodiversidade e a prevenção de incêndios

PSA Rios Cênicos – incentivo à conservação de paisagens, nascentes e matas ciliares

REDD+ Jurisdicional: Mato Grosso do Sul elegível pela CONAREDD+, consolidando acesso a mercados de carbono e resultados de mitigação

Pacto Pantanal: carteira integrada de projetos para o desenvolvimento sustentável e a conservação do Pantanal sul-mato-grossense

Fórum Estadual de Mudanças Climáticas: instância de governança ativa, articulando setores e apoiando a implementação do PROCLIMA

Plano de Restauração da Vegetação Nativa: diagnóstico e priorização de áreas para recuperação ecológica em escala estadual

Monitoramento climático do CEMTEC: expansão e modernização da rede de estações meteorológicas para aprimorar a gestão climática e o alerta de eventos extremos

Educação ambiental infantil: lançamento de material paradidático voltado à proteção da fauna silvestre

Mato Grosso do Sul — economia da natureza e prosperidade climática no coração da América do Sul

www.semadesc.ms.gov.br
www.agenciadenoticias.ms.gov.br

Minas Gerais

Inovação, eficiência e liderança climática

- Referência nacional em governança ambiental, inovação tecnológica e ação climática.
- Meta de neutralidade de carbono até 2050, com políticas integradas de mitigação e adaptação
- Sistema (Semad, Igam, Feam e IEF):** integração entre ciência, tecnologia e políticas públicas
- Plano de Ação Climática de Minas Gerais (PLAC-MG):** 12 eixos temáticos de mitigação, adaptação e justiça climática
- Programa de Regularização Ambiental (PRA) e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA):** recuperação de áreas degradadas e conservação de ecossistemas
- Projetos de reflorestamento e carbono florestal, ampliação de Unidades de Conservação e fortalecimento da bioeconomia
- Transformação digital do Semad:** redução de 81% no passivo de licenciamento e 99% de conformidade processual em 2024
- Uso de inteligência artificial e ferramentas inovadoras, como o aplicativo SLA+
- Matriz elétrica 95,9% renovável, consolidando Minas como líder em transição energética e descarbonização
- Governança climática e eficiência pública como modelo para o Brasil e a América Latina

<https://meioambiente.mg.gov.br>
<https://feam.br/>
https://www.mg.gov.br/instituicao_unidade/instituto-estadual-de-forests-ief



Pará

Bioeconomia, conservação e descarbonização como pilares do desenvolvimento sustentável da Amazônia

Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC/PA): Lei nº 9.048/2020 e Lei nº 9.781/2022 — estrutura de governança climática, mitigação e adaptação às mudanças do clima

Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA): estratégia macro de desenvolvimento sustentável, redução do desmatamento e transição para economia de baixo carbono

Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio): fortalece negócios sustentáveis, e estimula a geração de emprego verde

Parque de Bioeconomia e Inovação da Amazônia: único parque destinado à bioeconomia florestal no mundo; estimula o desenvolvimento de negócios comunitários, startups a partir de uma série de serviços que incluem suporte comercial e de gestão, auxílio operacional, além de uma estrutura industrial completa para fortalecer e dar escala a esses bionegócios

Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Pará (PRVN-PA): meta de restaurar 5,6 milhões de hectares degradados até 2030, ampliando sumidouros de carbono e biodiversidade

Programa Regulariza Pará: regularização ambiental e fundiária de imóveis rurais; integração do CAR/PCT para povos e comunidades tradicionais e pequenos agricultores

Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS – PSA): pagamento por serviços ambientais a produtores e comunidades que conservam vegetação nativa e promovem práticas sustentáveis

Sistema Jurisdicional de REDD+ do Pará: habilitação para captação de recursos internacionais por resultados de redução de emissões por desmatamento

Programa Pecúária Sustentável do Pará incentivo à produção de baixo impacto, rastreabilidade e conformidade socioambiental na cadeia da carne

Programa Pará Sem Fogo: prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas; integração entre órgãos estaduais e brigadas comunitárias em 22 zonas de risco

Programa Floresta Mais Amazônia: apoio federal à conservação e recuperação da vegetação nativa, com PSA e fomento a atividades sustentáveis no território parense

Concessão da Unidade de Recuperação do Triunfo do Xingu: modelo inovador de concessão para manejo, proteção e recuperação ambiental de áreas degradadas na APA Triunfo do Xingu

Lei Estadual de Responsabilidade Ambiental (LRA): inédita no Brasil, reforça e garante, na lei, recursos destinados para políticas ambientais e climáticas

Programa de Pesca Sustentável do Pará: gestão participativa da pesca, com ações de acordo de pesca e pós-acordos também, fortalecendo as comunidades pesqueiras e incentivo e boas práticas produtivas

- Eixos de adaptação e mitigação: fortalecimento da governança climática, restauração florestal, gestão hídrica, inovação tecnológica e bioeconomia inclusiva
- Meta climática: alcançar a neutralidade de carbono até 2030, com foco em desenvolvimento sustentável, conservação e inclusão socioeconômica na Amazônia

<https://www.semas.pa.gov.br>

Rio Grande do Sul

Resiliência climática e descarbonização como pilares da reconstrução sustentável

- Plano Rio Grande:** estratégia integrada de reconstrução sustentável, gestão de riscos e infraestrutura adaptativa
- Estratégia de Descarbonização do RS: inclui o Programa do Hidrogênio Verde (H2V-RS), com R\$ 100 milhões em investimentos
- Plano de Transição Energética Justa das Regiões Carboníferas:** R\$ 2,5 milhões destinados a alternativas sustentáveis e inclusão socioeconômica nas regiões carboníferas
- Roadmap Climático:** mapeamento das vulnerabilidades de 435 municípios, fortalecendo a governança e o planejamento territorial integrado.
- Redução de 42% no desmatamento do Bioma Pampa e avanços na agricultura de baixo carbono e recuperação de biomas
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):** valorização de produtores rurais e RPPNs sustentáveis
- Eixo de adaptação:** modernização da gestão hídrica e de riscos com o SIOUT-RS, o Monitor de Estiagem e o Plano Estadual de Recursos Hídricos
- Meta:** alcançar a neutralidade de carbono até 2050, com foco em resiliência climática e desenvolvimento sustentável.

www.rs.gov.br
www.feam.rs.gov.br

Piauí

O Piauí consolida-se como referência em governança climática e transição sustentável no Nordeste, apresentando na COP30 um conjunto de programas e instrumentos integrados que expressam o princípio do federalismo climático — articulando mitigação, adaptação, conservação ambiental e inclusão social.

Plano de Ação Climática do Estado do Piauí (PLAC-PI)

Documento orientador das políticas climáticas estaduais, com metas de mitigação e adaptação alinhadas ao Acordo de Paris. O plano integra setores como energia, agricultura, resíduos e biodiversidade, articulando instrumentos fiscais, programas estaduais e cooperação interinstitucional.

Transição Energética Justa

O Piauí lidera a matriz elétrica limpa do país, com mais de 90% da geração proveniente de fontes renováveis. O plano estadual de transição energética promove industrialização verde, inclusão produtiva e geração de empregos sustentáveis, com destaque para projetos de hidrogênio verde e armazenamento energético.

ICMS Ecológico

Instrumento inovador de federalismo climático, que destina parte da arrecadação do ICMS a municípios com boas práticas ambientais. A iniciativa fortalece a governança local, estimula o protagonismo municipal e integra-se às metas do PLAC-PI, ampliando a efetividade das ações climáticas em nível territorial.

Programa REDD+ Jurisdicional

Modelo inclusivo que abraça os biomas Catinga e Cerrado, promovendo conservação florestal, inclusão comunitária e geração de créditos de carbono. O programa conta com sistema de monitoramento compatível com padrões internacionais, reforçando a credibilidade e a rastreabilidade ambiental do estado.

Plano Estadual de Combate à Desertificação (PECD)

Conjunto de ações voltadas à restauração de áreas degradadas, ao manejo sustentável da terra e à adaptação às secas, com ênfase em soluções baseadas na natureza e integração com políticas municipais e regionais.

Mitigação e Adaptação na Catinga

Projetos de segurança hídrica, restauração de nascentes e matas ciliares, monitoramento climático e fortalecimento das Unidades de Conservação, que hoje protegem mais de 146 mil hectares de ecossistemas estratégicos.

Destaque Estratégico

Com políticas climáticas territorializadas, governança cooperativa e visão de longo prazo, o Piauí chega à COP30 como exemplo de Estado que alia sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento econômico

A experiência piauiense demonstra que a ação climática pode ser motor de prosperidade regional, inovação ambiental e fortalecimento da democracia federativa, promovendo um modelo de desenvolvimento resiliente e inclusivo para o Nordeste e para o Brasil

<https://www.semar.pi.gov.br/>

Rondônia

Governança ambiental e resultados concretos na Amazônia

- Redução de 43,3% no desmatamento e 83% nos focos de calor entre 2024 e 2025 (dados do Inpe).
- Monitoramento e fiscalização integrados, com foco em conservação florestal e combate ao desmatamento.
- Sistema SEDAM-Protege:** tecnologia de monitoramento por satélite em tempo real para resposta rápida a queimadas e desmatamento.
- Mutirão Integrado de Regularização Ambiental:** apoio a produtores na adesão ao PRA e recuperação de áreas degradadas.
- Projeto de Recuperação de Nascentes:** investimento de R\$ 21 milhões e implantação de viveiros florestais (100 mil mudas/ano).
- Plano Multinível de Prevenção às Queimadas:** ações educativas em comunidades e escolas.
- Liderança no eixo de combate ao desmatamento do GCF Task Force, ampliando a cooperação internacional.
- Reconhecimento pela ANA – certificação máxima no Progestão, pela excelência na gestão hídrica.
- Políticas baseadas em ciência, participação e resultados, com foco em restauração, economia verde e sustentabilidade amazônica.

<https://www.aedom.ro.gov.br/>

Rio Grande do Norte

Governança climática e resiliência no semiárido

- Fortalecimento da governança climática estadual (2023–2025), com políticas de mitigação, adaptação e combate à desertificação.
- Criação do Núcleo de Mudanças do Clima e Desertificação (NMCD) e da Câmara Técnica de Mudanças do Clima e Desertificação (CTMC)
- o Inventário de Gases de Efeito Estufa (2019–2023) e minuta da Política Estadual de Mudanças do Clima finalizada
- Diretrizes para descarbonização e transição energética, alinhadas à agenda global do clima
- Programa AdaptaCidades: apoio técnico aos municípios na criação de planos locais de adaptação
- Mapeamento das Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) e ações de enfrentamento ao avanço da aridez
- Educação climática: módulo “Educação Socioambiental para Mitigação à Mudança do Clima” e cursos de formação técnica
- Atuação nacional e internacional: coordenação da CT Clima da Abema e do GT AdaptaCidades
- Adesão às campanhas globais Race to Zero e Race to Resilience (ONU)
- Modelo de política climática baseada em ciência, cooperação e justiça socioambiental, com foco em um semiárido resiliente e sustentável

www.idema.rn.gov.br

Ceará

O Ceará concentra abundantes recursos renováveis (solar e eólico), infraestrutura estratégica e um ativo socioambiental único: a Catinga. Nesse contexto, avança com passos decisivos para a construção de um futuro mais verde, justo e resiliente

Inventário (IEGEE): em novembro, o Governo do Ceará, entrega para a sociedade cearense o Inventário Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa (IEGEE). Documento técnico estratégico para a construção de políticas climáticas mais eficazes.

Link: <https://www.sema.ce.gov.br/mudancas-climaticas/>

Plano ABC+ Ceará (ABC+CE): plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária, com metas estabelecidas até 2030 e foco na Catinga.

Link: https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2022/01/Plano-ABC-Final_v3-1-ASSINADO.pdf

Agente Jovem Ambiental (AJA): Política pública de enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais. Maior programa de educação ambiental do país: 10 mil jovens fazendo educação ambiental em suas comunidades, nos 184 municípios do Ceará.

Link: <https://www.sema.ce.gov.br/projetos-e-produtos/programa-agente-jovem-ambiental/>

Painel AJA:
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDU2ZWQ4MTURNjAwMC00YTk4LW40WmMjE5MD5EwNDikZThilwZCj6ImY2MiAxZmQxLWFjMzctNGZlMShhZDQJLTUwNTk3ZTJmYTE2NiJ9&pageName=66638a8d265d8e94304>

Programa Auxílio Catador: Política pública de enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais. Prevê repasse de valor financeiro, diretamente aos catadores que coletam resíduos para as associações e ou cooperativas onde estão integrados.

Link: <https://www.sema.ce.gov.br/residuos-solidos/auxilio-catador/auxilio-catador-permanente/>

Programa Cientista Chefe: une o meio acadêmico e a gestão pública. Pesquisadores estão trabalhando em projetos na Sema, com base na ciência, tecnologia e inovação.

Link: <https://www.sema.ce.gov.br/89965-2/>

Hub de Hidrogênio Verde – H2V: no Complexo do Porto da Pecém Ceará, é o projeto de hidrogênio verde (H2V) mais avançado do Brasil e um dos mais competitivos do mundo. Reúne condições únicas para impulsionar a transição energética e atrair investimentos estratégicos globais.

Link: <https://www.complexodopecem.com.br/hubh2v/>

Ceará 2050: Plataforma Estratégica de Desenvolvimento de Longo Prazo com o objetivo de traçar estratégias para acelerar o crescimento econômico estadual nas próximas três décadas e atender, de forma mais eficiente, às expectativas da sociedade.

Link: <https://www.sedeia.ce.gov.br/planejamento/ceara-2050/apresentacao> <https://www.sde.ce.gov.br/estrategias-de-desenvolvimento/ceara-2050/>

Cadastro Ambiental Rural – CAR/CE: Ceará ocupa a 3ª colocação no ranking nacional e a 1ª na região Nordeste em número de imóveis rurais com a análise concluída do CAR, com 64.443 cadastros finalizados.

Link: <https://www.semace.ce.gov.br/cadastro-ambiental-rural/>

Paraíba

Conservação, inclusão e inovação na Catinga

- Compromisso com a sustentabilidade, conservação da Catinga e fortalecimento das Unidades de Conservação (UCs).
- Gestão integrada de áreas protegidas, com investimentos em infraestrutura ambiental, pesquisa e turismo sustentável
- Museu do Vale dos Dinossauros (Souza):** revitalizado e interativo, com realidade aumentada e fósseis originais
- Novas sedes dos Parques Estaduais Mata do Pau Ferro (Areia) e Pedra da Boca (Araruna), em andamento, com estruturas sustentáveis para pesquisa e visitação
- Projeto Nascente Viva:** recuperação de 90 hectares de vegetação nativa e dez nascentes na bacia do Rio Paraíba

Ações de inclusão e educação ambiental:

- Cadeiras Julietti no Jardim Botânico Benjamin Maranhão, promovendo acessibilidade universal.
- Capacitação de condutores ambientais na APA do Cariri, fortalecendo o turismo de base comunitária.
- Projeto “Passarinhando nas UCs”, incentivando a observação de aves como ferramenta de conservação
- Doze Planos de Manejo publicados e novos investimentos em compensação ambiental.
- Modelo sustentável de desenvolvimento, que une conservação, inclusão social e inovação em prol das futuras gerações
- Publicação do Plano de Uso Público (PUP) do PE da Pedra da Boca, fortalecendo a proteção e o uso sustentável da Unidade

<https://sudema.pb.gov.br/noticias/projeto-da-sudema-nascente-viva-da-recuperaou-90-hectares-da-vegetacao-na-bacia-do-rio-paraiba-no-cariri-1>

<https://sudema.pb.gov.br/noticias/sudema-e-sectes-avancam-no-planejamento-ambiental-do-novo-museu-do-vale-dos-dinossauros-em-souza>

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/aoa-aveado-visita-vale-dos-dinossauros-e-destaca-importancia-da-reforma-e-revitalizacao-do-museu-para-o-turismo>

<https://sudema.pb.gov.br/noticias/sudema-assina-ordem-de-servico-para-construcao-da-sede-e-sede-da-soca>

<https://sudema.pb.gov.br/noticias/sudema-realiza-capacitacao-de-condutores-boas-praticas-da-cariri-e-fortalece-educutismo-ambientalmente-responsavel>



Rio de Janeiro

Florestas, biodiversidade e clima: uma agenda integrada pela sustentabilidade

O Rio de Janeiro chega à COP 30 com avanços significativos em restauração florestal, biodiversidade e ação climática.

O Programa Florestas da Amanhã, já restaurou 405 hectares e plantou 700 mil mudas, com R\$ 30 milhões do Fundo da Mata Atlântica. Em parceria com o IBDES, novos editais do Programa Floresta Viva em curso somam R\$ 105 milhões para restaurar 1.530 hectares. Em parceria com o PNUD, o Estado iniciou a elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Florestal e de Restauração, visando fortalecer o setor florestal e atingir a meta de aumentar em 10% a cobertura florestal até 2050.

Na agenda da biodiversidade, foi lançada a publicação “Avanços e Processos de Construção da Estratégia e Plano de Ação Estadual para a Biodiversidade do Rio de Janeiro – EPAEB-RJ (2024-2025)” e concluídos os primeiros Planos Locais (EPALBs), em cooperação com a TNC. Em parceria com o PNUD, será iniciada a elaboração da Estratégia de financiamento e monitoramento da conservação da biodiversidade.

O Programa Rio Clima, em parceria com a UFRJ, desenvolve os Planos de Adaptação e Descarbonização, o Portal de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas e o programa de compensação e incremento de carbono florestal. estudo “Carbono no Solo”. Já o Programa Ambiente Resiliente, com R\$ 38 milhões do FECAM, apoiará 60% dos municípios fluminenses na elaboração de planos locais de adaptação ou ação climática, mapeamento preliminar de riscos a inundações e projetos-piloto de Soluções Baseadas na Natureza e Cidade Esponja, além de outras ações de capacitação e em prol do aumento da resiliência local.

Com taxas de desmatamento próximas de zero desde 2010 e sendo o único estado com ganho líquido de 2%cobertura florestal nas últimas 4 décadas, o Rio de Janeiro lançou novos plataformas digitais de monitoramento, como o Olho no Verde, Olho no Verde Queimadas e o Sistema de Áreas Embargadas, reforçando a transparência e o controle ambiental.

<http://www.inea.rj.gov.br/portaldorestauroacao>

<https://seaportal.inea.rj.gov.br/portaldopais/sites/11/portald-a-biodiversidade-do-estado-do-rio-de-janeiro>

<https://mudancasoclima.ambiente.rj.gov.br>

<http://ambiente.resiliente.ambiente.rj.gov.br>

<https://www.inea.rj.gov.br/bioma-no-verde>

<https://seaportal.inea.rj.gov.br/portaldopais/dashboards/d8f8f4d5cb04ffca27432bd80e5e65>

<https://www.inea.rj.gov.br/biomas-em-parceria>

Roraima

Governança ambiental, controle do desmatamento e fortalecimento da bioeconomia amazônica

Roraima apresenta o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ-RR 2025–2028), alinhado ao PPCDAm e à Política Nacional sobre Mudança do Clima, com foco na mitigação de emissões e no uso sustentável da terra. O Estado, que preserva 93% de sua cobertura vegetal nativa, estabeleceu metas realistas de redução anual de 5% no desmatamento e 20% nos focos de calor até 2028.

Entre as ações prioritárias, destacam-se o monitoramento em tempo real via satélite, o reforço das fiscalizações em áreas críticas, a integração de bases fundiárias e ambientais e o avanço na regularização ambiental e fundiária. O plano também incentiva a produção agropecuária de baixo emissão, o crédito verde vinculado ao CAR validado e a adoção de práticas sustentáveis.

A governança climática é fortalecida pela criação de comitês gestores, espaços de participação social e capacitação de comunidades indígenas, ribeirinhas e agricultores familiares no âmbito da política estadual de REDD+. Estruturado em quatro eixos — ordenamento territorial, comando e controle, bioeconomia e instrumentos econômicos —, o PPCDQ-RR reafirma o compromisso de Roraima com a conservação da Amazônia e a transição para uma economia de baixas emissões.

Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ/RR 2025–2028

Link de acesso ao Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Roraima – PPCDQ/RR 2025–2028 - <https://femarh.ror.gov.br/pagina/assede/index.php>

Santa Catarina

Liderança em gestão de resíduos

Programa Pense, Logo Destino (PLD):

- Referência nacional em gestão de resíduos sólidos e logística reversa.
- Abrangência em 284 municípios (96% do Estado) e 6 milhões de pessoas beneficiadas.
- Destinação correta de resíduos (2024–2025): 200 mil pneus, 500 mil lâmpadas, 290 mil quilos de pilhas e eletroeletrônicos.
- Criação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e parcerias com os municípios, setores de saúde, educação e indústria.
- Compromisso com a sustentabilidade, a educação ambiental e o consumo responsável.

Leia mais sobre a iniciativa em <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/noticias/2909-santa-catarina-alcanca-96-dos-municipios-com-programa-de-gestao-de-residuos>

Compromisso com um futuro mais sustentável

Plano de Transição Energética Justa – Programa Santa Catarina 2050

- Será o primeiro caso de transição energética do Brasil.
- Pesquisa aplicada em elaboração pelo FGV.
- Visa preparar a região carbonífera no Sul de Santa Catarina, composta por cerca de 46 municípios.
- Vai propor alternativas para a substituição gradativa e socialmente justa da geração termelétrica a carvão mineral até 2050.

Saiba mais sobre o Plano de Transição Energética Justa em <https://www.semae.sc.gov.br/publicacao-de-documentos/>

Fortalecimento da logística reversa em Santa Catarina

- Decreto 1056/25 trata do sistema de logística reversa de embalagens pós-consumo.
- Instalou o sistema de créditos de reciclagem. Empresas poderão adquirir créditos equivalentes ao volume de resíduos gerados. Créditos serão comprados de cooperativas de reciclagem, que realizarão a reciclagem correspondente.
- O sistema vai gerar renda para cooperativas e catadores e vai estimular a economia circular.

Leia mais sobre o tema em www.semae.sc.gov.br/governador-assina-decreto-que-fortalece-logistica-reversa-em-santa-catarina/

II Seminário Catarinense de Adaptação às Mudanças Climáticas

- Tema “Ciência e Governança, visando o fortalecimento de ações para a gestão do enfrentamento às mudanças climáticas.
- Fomento da união entre ciência, gestão pública e sociedade civil para enfrentamento dos desafios climáticos.
- O evento contou com o lançamento da iniciativa AdaptaCidades para elaboração de Planos de Adaptação em 10 municípios com impacto em cerca de 1,5 milhão de catarinenses.

Assista os palestras do seminário em <https://www.youtube.com/watch?v=ANmZezndRY>

Pernambuco

- Restaurar, adaptar e inovar para o futuro climático.
- Programa Plantar Juntos:** regeneração da Catinga, Mata Atlântica e manguezais, com investimento previsto, até 2026, superior a 100 milhões.
- 500 mil mudas plantadas e criação de novas Unidades de Conservação no Semiárido.
- Projeto de Recuperação de Nascentes:** revitalização de áreas degradadas no Rio Pajeú (Brejinho).
- PMI Plantar Juntos Assentamentos:** primeiro do país voltado à restauração em áreas de reforma agrária.
- Editais Plantar Juntos Manguezal:** recuperação de manguezais com 14 mil mudas e investimento de R\$ 400 mil
- Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEAR-PE):** parceria com a UFPE, com foco em metodologias científicas de adaptação.
- Plataforma Ecológica Econômica:** tecnologia premiada pelo MapBiomas, modernizando o licenciamento e monitoramento ambiental.
- CLIMAD:** sistema inteligente para monitoramento climático e combate à desertificação no Semiárido.
- Plataforma Clima PE:** apoiar e incentivar a ação climática nos municípios, fortalecendo a governança e a cooperação climática local.
- Modelo de inovação e sustentabilidade, baseado em ciência, inclusão social e economia verde.

Sergipe